

LAURA CENTEMERI
JOSÉ CASTRO CALDAS
(Coordenadores)

Valores em conflito
Megaprojetos, ambiente e território

2016

VALORES EM CONFLITO
MEGAPROJETOS, AMBIENTE E TERRITÓRIO

COORDENADORES

Laura Centemeri, José Castro Caldas

REVISOR

Victor Ferreira

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PAGINAÇÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Dezembro, 2016

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

VALORES EM CONFLITO

Valores em conflito : megaprojetos, ambiente
e território / coord. Laura Centemeri, José

Castro Caldas. - (CES)

ISBN 978-972-40-6815-2

I – CENTEMERI, Laura

II – CALDAS, José Maria Lemos de Castro

CDU 316

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO – MEGAPROJETOS, INCOMENSURABILIDADE E DECISÃO PÚBLICA <i>Laura Centemeri e José Castro Caldas</i>	9
CAPÍTULO 1 – A INCOMENSURABILIDADE DOS VALORES E A DECISÃO PÚBLICA <i>Laura Centemeri e José Castro Caldas</i>	25
CAPÍTULO 2 – O PROBLEMA DOS CUSTOS SOCIAIS <i>Vitor Neves</i>	61
CAPÍTULO 3 – PÔR UM PREÇO NA NATUREZA PARA A PRESERVAR? CONTRADIÇÕES, DILEMAS E CONFLITOS EM TORNO DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO NO EQUADOR <i>Ricardo Coelho</i>	89
CAPÍTULO 4 – VALORES EM COLISÃO E DECISÃO PÚBLICA: O CASO DA BARRAGEM DE FOZ TUA <i>Ana Costa, Maria de Fátima Ferreiro, Ricardo Coelho e Vasco Gonçalves</i>	125
CAPÍTULO 5 – QUARENTA ANOS DE CONFLITOS EM TORNO DA EXPANSÃO DO AEROPORTO DE MALPENSA <i>Laura Centemeri</i>	151
CAPÍTULO 6 – UMA CONTROVÉRSIA INACABADA: UM AEROPORTO SEM PAÍS, O NOVO AEROPORTO DE LISBOA <i>Ana Raquel Matos, Tiago Santos Pereira e José Reis</i>	189

NOTAS CONCLUSIVAS – A INCOMENSURABILIDADE
COMO OPORTUNIDADE

Laura Centemeri e José Castro Caldas

227

OS AUTORES

239

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado da investigação realizada no âmbito do projeto *BeCom. A escolha apesar da (in)comensurabilidade – Controvérsias e tomada de decisão pública acerca do desenvolvimento territorial sustentável*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC), através de fundos nacionais, e pelo FEDER, através do Programa Operacional Fatores de Competitividade COMPETE (FCOMP-01-0124-FEDER-009234). Os coordenadores agradecem os contributos dos consultores deste projeto: Clive Spash, John O’Neil e Laurent Thévenot.

CAPÍTULO 4

VALORES EM COLISÃO E DECISÃO PÚBLICA: O CASO DA BARRAGEM DE FÓZ TUA

ANA COSTA, MARIA DE FÁTIMA FERREIRO, RICARDO COELHO E VASCO GONÇALVES

Introdução

Em abril de 2011, deu-se início à construção de uma barragem na Foz do Rio Tua, um afluente do Rio Douro. Ao mesmo tempo, uma missão da UNESCO visitou o local no seguimento de uma queixa feita pelo Partido Ecologista “os Verdes” contra a ameaça colocada pela barragem ao Património Mundial da Humanidade do Alto Douro Vinhateiro. Esta missão foi um catalisador que reacendeu a controvérsia em torno da barragem de Foz Tua, iniciada em 2008 com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deste projeto. Esta controvérsia, envolveu, por um lado, uma coligação de ONG ambientalistas, movimentos locais e partidos de esquerda em oposição à submersão do vale do Tua e da linha de caminho de ferro do Tua e, por outro, o promotor (Eletricidade de Portugal – EDP), o governo, o Partido Socialista, então no poder, e autarcas locais em defesa do projeto da barragem e da sua contribuição para o aumento da produção de energia renovável.

Neste capítulo, examina-se a controvérsia em torno da barragem de Foz Tua. Pretende-se evidenciar: a) os valores mobilizados pelas várias partes na controvérsia e as formas de ultrapassar os conflitos de valores; b) as restrições colocadas pelo procedimento de apoio à tomada de decisão pública na expressão de valores particulares.

A análise baseia-se em fontes diversas: estudos de avaliação técnica, entrevistas com atores relevantes no processo de decisão

pública, relatórios da UNESCO, jornais diários e vídeos de noticiários na TV.¹

Na secção 1 do capítulo, revisita-se a história da barragem de Foz Tua com uma ênfase particular no procedimento de EIA e na crise do processo de decisão pública desencadeada pela visita de uma missão da UNESCO à barragem. Na secção 2, mapeia-se a controvérsia, destaca-se o diferente vocabulário de valoração e os critérios e procedimentos mobilizados durante o processo de decisão pública. Na conclusão, são identificadas as características mais salientes da controvérsia sobre o projeto de barragem e analisa-se o papel desempenhado pelo procedimento EIA.

1. A construção de uma barragem: avaliação de impacto e valores em jogo

1.1. Os marcos históricos e a localização do projeto

O projeto de construção de uma barragem no Rio Tua foi incluído no Plano Energético Nacional de 1989 e no Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro de 1999. O Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), lançado pelo governo português em 2007, integrou estes planos e deu prioridade ao projeto de Desenvolvimento da Barragem de Foz Tua (DBFT), em conjunto com outras novas instalações hidroelétricas, localizadas maioritariamente na bacia do Rio Douro.²

¹ Foram realizadas entrevistas exploratórias: aos investigadores responsáveis pelo EIA, a uma representante do Partido Ecologista os Verdes (PEV) que foi responsável pela denúncia formal à UNESCO, a um representante do GEOTA, uma associação ambientalista e uma das mais vocais opositoras à barragem, e a um representante de um movimento local contra a barragem. Estas entrevistas foram fundamentais para elaborar um primeiro esboço do mapa de conflitos em torno da barragem e finalizar uma lista de atores a entrevistar. Os dezasseis entrevistados pertenciam a três tipos: representantes do governo, nacional e local, ativistas e agentes económicos.

² De entre as dez novas instalações hidroelétricas, apenas a barragem de Foz Tua está a ser presentemente construída.

Seguindo um procedimento de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em 2008,³ e uma Declaração de Impacto Ambiental (DIA), em maio de 2009, favorável ao projeto da barragem de Foz Tua, condicionado ao nível mais baixo de armazenamento, a EDP⁴ iniciou a construção em abril de 2011.

A barragem ficaria situada na fronteira da área declarada Património Mundial da Humanidade Região do Alto Douro Vinhateiro (RADV), aproximadamente a 1 km da foz do Rio Tua. O reservatório seria localizado na Zona Tampão, tangencial aos limites da Paisagem Cultural Património da Humanidade, cobrindo uma área estimada de 421 ha (PROFICO Ambiente, 2008a; ICOMOS-IFLA, 2011; WHC, ICOMOS e IUCN, 2012). O território afetado envolve cinco municípios localizados no Noroeste de Portugal: Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor. Esta é uma região com crescentes problemas de perda de população e uma população rural envelhecida.⁵ De um ponto de vista socioeconómico, é uma região pobre.⁶

1.2. O EIA e as suas conclusões

No procedimento EIA do projeto da barragem de Foz Tua, os impactos foram classificados de acordo com a sua natureza (positivos

³ Decreto-lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, que emendou o Decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de maio.

⁴ Anteriormente uma empresa pública, privatizada em dezembro de 2011.

⁵ A população nestes cinco concelhos está a diminuir desde 1991 (de 66 970 em 1991 para 62 446 em 2001 e 54 814 em 2011. Censos 2011: Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt). A percentagem de pessoas com mais de 65 anos em relação ao total da população estava próxima de 27,5% (em 2011), enquanto o mesmo indicador para Portugal era de 19% e para a Região Nordeste era de 17,1% (Censos 2011: INE – www.ine.pt). O setor primário representa cerca de 18% do emprego total, contrastando com a percentagem nacional e da Região Nordeste (cerca de 3% em ambos os casos, Censos 2011: INE – www.ine.pt)

⁶ Em 2009, o poder de compra *per capita* nestes concelhos, com a exceção de Mirandela, era de apenas metade da média nacional (INE – www.ine.pt).

ou negativos), magnitude (baixa, média e elevada) e significância (muito significativo, significativo ou pouco significativo). A sua avaliação integrada foi graduada numa escala de -5 a +5.

De acordo com o EIA, os impactos positivos mais importantes estão relacionados com a redução de gases com efeito de estufa (+2,13), o aumento da produção de energia hídrica e o reservatório de água estratégico (os últimos dois foram avaliados conjuntamente com +1,95) (PROFICO Ambiente, 2008b: 299, 308). Outros impactos positivos referem-se ao contributo para uma melhor integração de fontes de energia eólica na rede elétrica nacional⁷ e a redução da dependência de importações de energia.

Os impactos negativos foram avaliados para a cota mais baixa. Estes foram a perda de ecossistemas terrestres e aquáticos (-2,60 e -3,38), aspetos sociais e económicos adversos devido principalmente à submersão de parte da Linha do Tua⁸ e perda da atividade económica local (-2,07), submersão de terras (-2,0), perda de valor paisagístico relacionado sobretudo com a submersão do vale do Tua (-1,74), degradação da qualidade da água (-1,40) e perda de património como resultado sobretudo da já mencionada submersão de parte da Linha do Tua (-1,40) (PROFICO Ambiente, 2008b: 296-316).

De acordo com o EIA, os impactos negativos da barragem de Foz Tua eram superiores aos positivos (PROFICO Ambiente, 2008a: 17). Isso, no entanto, não impedia o EIA de concluir favoravelmente pela construção da barragem já que considerava que os impactos negativos podiam ser compensados com a adoção de medidas suplementares.

A compensação era defendida no EIA e, conseqüentemente, na DIA, nos casos seguintes: a perda de mobilidade devido à

⁷ A energia eólica é usada na barragem de Foz Tua para bombear água do reservatório da Régua no Rio Douro.

⁸ Implica a submersão de 15,9 km da Linha do Tua (PROFICO Ambiente, 2008a: 21).

submersão de parte da Linha do Tua, em particular, a perda da ligação entre a Linha do Tua e a Linha do Douro poderia ser atenuada através da oferta de transportes públicos alternativos à população local, por autocarro ou comboio numa nova linha a ser construída a uma cota mais alta (MAOTDR/APA, 2009: 1-2, 12-13).⁹

O EIA também defendia que as perdas ecológicas e paisagísticas resultantes da submersão do vale do Tua poderiam ser compensadas pela criação de quatro núcleos temáticos e/ou museus em memória do vale. Adicionalmente, a perda de valores naturais e da sua preservação seria compensada por contribuições monetárias anuais para o Fundo de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e pela criação de uma nova agência de desenvolvimento regional que seria constituída em associação com autoridades locais e regionais.¹⁰

Os impactos económicos e sociais, devido sobretudo à submersão de terras, nomeadamente vinha e olival, seriam compensados através de indemnizações a proprietários, assim como contribuições para a mencionada agência de desenvolvimento regional.¹¹

A análise do EIA envolve escolhas metodológicas que são claramente controversas. Por exemplo, a ameaça potencial ao Património Mundial Alto Douro Vinhateiro foi considerada negligenciável. Por sua vez, a submersão do vale do Tua implica o desaparecimento de um dos últimos rios selvagens de Portugal. Além disso, esta secção do vale – Baixo Tua – é uma paisagem ecológica e cénica

⁹ No entanto, esta possibilidade foi sempre descartada pela EDP, considerando o seu elevado custo. Presentemente não existe qualquer transporte rodoviário e a população tem de viajar usando carro privado ou táxi. Os custos com o táxi são suportados pela EDP.

¹⁰ Esta compensação monetária a ser paga pela EDP corresponde a 3% da receita da barragem.

¹¹ À cota aprovada (170) a submersão de vinha irá corresponder a 12 ha.

impressionante, um «ecossistema único sem preço»¹² (base de dados do IPPAR citada em WHC, ICOMOS e IUCN, 2012: 28). O facto de esta unidade paisagística – Baixo Tua – estar integrada para efeitos de avaliação com duas outras unidades paisagísticas da mesma área de intervenção do projeto, que são consideradas de “menor identidade e raridade” (Alto Douro Vinhateiro e Terra Quente Transmontana), reduziu a negatividade da avaliação global (PROFICO Ambiente, 2008b).

O procedimento de consulta pública durou quase dois meses (22 de dezembro de 2008 a 18 de fevereiro de 2009). Entre as 115 opiniões escritas recebidas, 18 eram de administrações locais, ONG e associações de produção de vinho (6 eram contra o projeto da barragem de Foz Tua), e 97 eram de cidadãos (88 contra o projeto). Os argumentos contra assentavam sobretudo na submersão da Linha do Tua e do vale do Tua, a submersão de terras (vinha em particular) e a degradação da qualidade da água.¹³ Vale a pena assinalar que a Direção Regional de Cultura do Norte, o departamento do governo português responsável por questões de património cultural, e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) deram parecer negativo ao projeto da barragem de Foz Tua, dados os impactos negativos importantes que poderiam ser causados no património, nomeadamente o Património Mundial Alto Douro Vinhateiro e a histórica Linha do Tua (MAOTDR/APA, 2009: 22). Esta avaliação negativa foi desconsiderada. No balanço final, a decisão foi favorável à construção do projeto da barragem de Foz Tua com base na asserção de que

¹² Apesar das características paisagísticas cénicas e ecológicas, o Vale do Tua não integra a Rede Natura 2000.

¹³ No estudo da ARCADIS/ATECMA (2009), encomendado pelo Diretório Geral de Ambiente da Comissão Europeia, concluiu-se que, na Avaliação Ambiental Estratégica do PNBEPH, os impactos negativos para a qualidade da água não foram devidamente considerados.

o PNBEPH é de “interesse nacional”.¹⁴ De acordo com esta lógica de interesse nacional, uma parte de um plano global visto como estratégico, cuja exclusão poderia pôr em causa todo o plano, nunca poderia ser rejeitada por muito negativos que fossem os impactos do projeto particular.

1.3. O Centro de Património Mundial da UNESCO chega à ribalta: valores patrimoniais e perícia

O Alto Douro Vinhateiro em torno da barragem está inscrito na lista do Centro de Património Mundial da UNESCO como paisagem cultural desde 2001. Recorde-se que, de acordo com o EIA, a intrusão da barragem na paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro (ADV) seria marginal e de impacto reduzido. Esta conclusão, contudo, foi desafiada quando, no seguimento de uma denúncia do PEV, uma missão do ICOMOS¹⁵ visitou o ADV para avaliar o estado de conservação do local e o potencial impacto da barragem de Foz Tua no Valor Universal Excepcional (VUE) da propriedade, a sua autenticidade e integridade (ICOMOS-IFLA, 2011; WHC, ICOMOS e IUCN, 2012).

Para esta missão, era particularmente estranho que os «trabalhos de construção tivessem começado em abril de 2011, antes das recomendações da missão de aconselhamento serem conhecidas e antes do Comité de Património Mundial pudesse considerar o projeto» (WHC, ICOMOS e IUCN, 2012: 41).

Contrariamente ao EIA, a missão de aconselhamento do ICOMOS observou que o projeto da barragem de Foz Tua teria um

¹⁴ Os opositores do projeto da barragem de Foz Tua esperavam ser capazes de travar o projeto. De facto, existia um precedente importante. Em 1995, a construção de outra barragem, em Foz Côa, acabou por ser impedida por um grande movimento social em oposição à submersão de gravuras pré-históricas (Ferreiro *et al.*, 2013).

¹⁵ O ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é uma organização não-governamental internacional dedicada à conservação dos monumentos e locais classificados no mundo (www.icomos.org).

impacto irreversível e ameaçaria o valor excecional do património, dado que o «impacto ecológico e visual do projeto de barragem de Foz Tua é completamente apreciado dentro do sítio Património Mundial» (ICOMOS-IFLA, 2011: 13). Apesar da missão de aconselhamento do ICOMOS ter reconhecido a existência de várias medidas de mitigação e compensação, a verdadeira questão para a missão era se «a barragem de Foz Tua deve ser construída de todo» (ICOMOS-IFLA, 2011: 24).

No seguimento do relatório da missão de aconselhamento do ICOMOS, o Comité do Património Mundial (CPM) e os Corpos de Aconselhamento da 36.^a Sessão do Comité do Património Mundial recomendaram, em junho de 2012, a interrupção dos trabalhos de construção da barragem até que uma análise cuidadosa dos impactos de um plano revisto para o projeto da barragem de Foz Tua no valor património da humanidade da propriedade pudesse ser realizada.

Na realidade, perante a ameaça à inscrição do Alto Douro Vinhateiro na lista de Património Mundial em Perigo, o governo português enfrentou esta recomendação com grande preocupação. Em resposta, o governo solicitou uma missão reativa conjunta de monitorização CPM-ICOMOS-UICN¹⁶ ao local para considerar o impacto potencial de um projeto revisto para a barragem no valor património da humanidade da propriedade.

Em abril de 2012, o Embaixador de Portugal na UNESCO encontrou-se com o Diretor do Comité do Património Mundial e reiterou o convite para uma missão conjunta ao Tua logo que possível; tendo-se encontrado também com diferentes membros do Comité tentando persuadi-los de que já estavam a ser implementadas mudanças em relação ao projeto da barragem de Foz Tua, de modo a tornar compatível o projeto global planeado com a classificação do Alto Douro Vinhateiro como património mun-

¹⁶ União Internacional para a Conservação da Natureza (www.iucn.org).

dial. Além disso, o governo decidiu propor o adiamento das obras de construção até que o relatório da missão conjunta pudesse ser conhecido e as recomendações implementadas. Assim, em junho de 2012, um projeto revisto para a construção da barragem de Foz Tua foi apresentado na 36.^a sessão do Comité de Património Mundial, em São Petersburgo, e solicitada uma missão reativa conjunta CPM-ICOMOS-UICN à propriedade.¹⁷

De 30 de julho a 3 de agosto de 2012, realizou-se a missão reativa conjunta de monitorização para avaliar as consequências do projeto da barragem de Foz Tua revisto. Neste projeto revisto, a central elétrica seria construída no subsolo e a área adjacente seria alvo de melhoramento paisagístico, num projeto desenhado por Eduardo Souto de Moura, um arquiteto português de renome.

Este novo projeto foi muito bem recebido pela missão conjunta, levando-a a concluir que «reduz substancialmente os impactos visuais da construção» (WHC, ICOMOS e IUCN, 2012: 2). Para a missão de monitorização reativa conjunta, esta revisão do projeto contribuiu substancialmente para superar a oposição frontal ao projeto anteriormente expressa pelo ICOMOS. A missão conjunta concluiu favoravelmente quanto à compatibilidade do projeto planeado para a barragem de Foz Tua e o estatuto de património mundial da paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro. Para a missão, as características fundamentais da paisagem cultural, nomeadamente os socalcos de vinha cultivados na encosta, não foram comprometidos pela barragem. No entanto, impactos negativos importantes na paisagem, na zona tampão e perda de conservação da natureza foram reconhecidos, dado que o vale do Tua seria submerso.

As consequências da intervenção do Comité do Património Mundial da UNESCO foram, portanto, alterações menores no projeto destinadas a minimizar o impacto visual da barragem e o

¹⁷ Decisão CPM 36 COM 7B.81 adotada por unanimidade pelo Comité.

adiamento por um ano dos trabalhos de construção, cuja conclusão está agora planeada para setembro de 2016.

1.4. A saliência da Linha do Tua na controvérsia pública em torno da barragem de Foz Tua

A intervenção da UNESCO reacendeu uma controvérsia iniciada em 2006, logo que o EIA foi iniciado. Nesse ano, foi formado o Movimento Cívico pela Linha do Tua e realizada uma primeira manifestação contra a barragem, organizada pelos agricultores de Murça.

Nos anos seguintes, ocorreram numerosas iniciativas contra a barragem promovidas por ONG ambientalistas e movimentos locais, assim como partidos políticos. Uma coligação alargada cresceu a partir da defesa da Linha do Tua e do Vale do Tua contra a inundação. As suas iniciativas abrangeram o ecoturismo, vigílias e manifestações na sede da EDP. Duas petições foram entregues no parlamento, em 2008 e 2012, com milhares de assinaturas. Visitas à região do Douro por representantes do governo e pelo Presidente da República foram acompanhadas de protestos. A contestação à barragem de Foz Tua ecoou no parlamento, com o apoio de partidos de esquerda e dos Verdes.

Estes atores também usaram os canais institucionais disponíveis. Várias queixas contra as obras de construção foram apresentadas em tribunal, baseadas em irregularidades encontradas por ativistas locais. Uma queixa foi feita à Comissão Europeia por alegado incumprimento das Diretivas Europeias em relação à qualidade da água e à biodiversidade. Uma estimativa do custo do programa nacional de barragens para os consumidores foi entregue à *troika*.¹⁸

¹⁸ Designação atribuída à equipa do FMI, do BCE e da Comissão Europeia que coordena a intervenção em países da UE altamente endividados, no seguimento da crise de 2008.

Seguindo as notícias de que a designação de Património Mundial poderia estar em perigo de ser retirada pela UNESCO, os produtores de vinho da Região do Douro juntaram-se aos protestos em 2012.

A controvérsia pública foi altamente focada na submersão da Linha do Tua. Na defesa da linha fundiam-se duas preocupações diferentes: a mobilidade, por um lado, e o valor patrimonial da linha, por outro. No que respeita a mobilidade, os apoiantes da barragem defenderam que a Linha do Tua iria ser desativada de qualquer forma, dado que o número de pessoas que a usavam era pequeno. Além disso, havia problemas de segurança. Desde 2007, ocorreram quatro acidentes nesta linha que causaram vítimas mortais. Em agosto de 2008, quando um destes acidentes causou uma vítima mortal e 43 feridos, a ligação entre Brunheda e Cachão foi interrompida.¹⁹ Argumentou-se ainda que o transporte público à população já não era garantido pela Linha do Tua.

A oposição à desativação do que resta da Linha do Tua seguiu-se a anteriores protestos contra o encerramento da mesma linha entre Mirandela e Bragança, em 1992, que incluíram uma manifestação em Bragança e vários casos de rotas alternativas cortadas pelos habitantes locais.

A desativação progressiva da Linha do Tua resultou de uma negligência continuada desta linha. Ilustrativamente, enquanto em 1936 uma viagem de comboio entre o Tua e Bragança (uma distância de cerca de 130 km) demorava quatro horas, em 1986, a mesma viagem demorava quatro horas e meia.²⁰ Dada a negligência, esta linha perdeu um número considerável de passageiros. Em 1999, o número de passageiros tinha descido 80% em relação a 1990.

¹⁹ Presentemente, apenas doze quilómetros de Linha do Tua, entre Cachão e Mirandela, continuam ativos e o número de passageiros diminuiu.

²⁰ Ver “Pare, Escute e Olhe”, um documentário da autoria de Jorge Pelicano (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=hCN9jk1TYQ0>).

Dado este declínio da Linha do Tua, em 2006, o argumento da mobilidade já não era eficaz contra a submersão da linha pela barragem. Mais apelativo como argumento público era o valor patrimonial da linha. A Linha do Tua foi inaugurada em 1887 e ligava a estação do Tua a Bragança, passando por Mirandela, ao longo do Rio Tua. Em setembro de 2010, um processo de classificação da Linha do Tua como “património nacional” foi iniciado pelo Ministério da Cultura e o IGESPAR com o apoio de uma petição com mais de 5000 assinaturas.²¹ No entanto, em novembro de 2010 o processo de classificação foi arquivado depois de um relatório de avaliação negativo pelo Conselho Nacional de Cultura.²²

2. Conflitos de valores e instituições na controvérsia em torno da barragem de Foz Tua

2.1. Mapeando a controvérsia

Apesar de toda a oposição e controvérsia, a barragem será concluída. A intervenção da UNESCO levou a uma crise do processo de decisão pública. Contudo, esta crise foi apenas temporária. Tanto o governo como a EDP foram bem-sucedidos em persuadir a UNESCO e evitar a reversão do projeto, com o custo de algumas adaptações.

A controvérsia em torno da barragem de Foz Tua expôs a pluralidade e a natureza conflituante dos valores em jogo, assim como a complexidade das razões e dos significados evocados pelos vários atores.

As preocupações expressas por diferentes atores – ativistas, representantes do governo e agentes económicos – durante a controvérsia pública, incluindo nas entrevistas com a nossa equipa de investigação, são variadas. Vão desde valores intrínsecos ao

²¹ *Diário da República*, Anúncio n.º 8665/2010.

²² *Diário da República*, Anúncio n.º 10853/2010.

ambiente e ao património, até ao lucro económico, envolvendo também considerações de justiça, nomeadamente, justiça espacial, transparência política e democracia.

Estes valores não refletem apenas interesses ou preferências dos indivíduos. Como é frequentemente assinalado por autores pragmatistas e institucionalistas (Dewey, 1930 [1922]; Dewey, 2008 [1938-1939]; Joas, 1996; Bromley, 2006; Hodgson, 2006; Costa e Caldas, 2011; Putnam e Walsh, 2012), os valores devem ser interpretados com referência a um contexto. Para estes autores, os valores não são “dados” nem prévios à ação. São valores em ação, descobertos e reconfigurados no contexto da ação. Os valores são evocados, reformulados e recombinaados de formas complexas. Os conflitos de valores e a tensão resultante ocorrem não apenas entre atores mas também nos atores.

Uma característica da controvérsia muito saliente é que muita da oposição à construção da barragem foi uma expressão do apego das comunidades locais a um território e a um sentido de identidade. Já foi anteriormente referido que a Linha do Tua e o seu destino polarizou muito do debate. No entanto, a linha de caminho de ferro era muito mais do que uma linha de caminho de ferro. Em si mesma, era valorizada como um património histórico e cultural único. Mas era também uma forma excepcional de gozar e contemplar a paisagem notável e a riqueza ecológica do Vale do Tua. Citando uma representante de um dos movimentos locais: «O comboio é como os olhos do Vale do Tua, daquela paisagem linda, dura, que é o Vale do Tua».

O apego ao território expresso pelos movimentos locais, transcendendo o amor pela “bela, dura paisagem” do vale do Tua. É uma ligação que abomina a perspetiva de declínio demográfico e a perda de população do território. A desativação da linha de caminho de ferro é, portanto, também entendida como um fator de crescente isolamento do mundo exterior, contribuindo para a migração da população jovem.

Os promotores da barragem – EDP e governo –, ansiosos por mobilizar o apoio local para o projeto, demonstraram estar bem cientes da importância deste apego afetivo. Foram cuidadosos a articular um discurso sobre o potencial da barragem para o desenvolvimento local e a seduzir os autarcas locais com medidas compensatórias dirigidas a aspetos socioeconómicos: um plano de mobilidade turística (composto de comboio-autocarro-teleférico-barco-comboio) foi antecipado, além da valorização da parte da Linha do Tua que não será submersa através da candidatura a fundos comunitários, de um programa de apoio ao empreendedorismo local e da criação de um parque natural regional.

Uma segunda característica saliente da controvérsia é a produção de argumentos e justificações por oponentes da barragem bastante ecléticas em termos de orientação de valores.

Um facto ilustrativo da tensão na orientação de valores nas justificações é o facto de os mesmos ativistas que proclamaram que o “vale do Tua não tem preço”, implicando que o seu valor é intrínseco, mobilizaram também no seu discurso público argumentos económicos em favor da preservação da linha e vale do Tua.

O potencial turístico da linha do Tua – um turismo comprometido com o património cultural e a natureza – foi frequentemente apontado pelos oponentes da barragem, principalmente os movimentos locais. Defendiam a ligação entre o Douro e Bragança, através da qual a Linha do Tua deveria ser reestabelecida e complementada com uma ligação entre Bragança e Puebla de Sanabria²³, em Espanha, onde uma ligação ao comboio de alta velocidade irá em breve existir. O presidente da câmara de Mirandela, que rejeitou o projeto da barragem do Tua desde o início e mais tarde reverteu a sua posição, é um fervoroso apoiante deste projeto. A promoção da atividade económica local e o aumento do emprego, maioria-

²³ Note-se que a distância entre Bragança e Puebla de Sanabria é de 41 km.

riamente ligado à atividade turística, foram argumentos usados na defesa desta abordagem.

No discurso público dos oponentes à construção da barragem, encontramos assim uma combinação da defesa dos valores intrínsecos insubstituíveis ligados ao ambiente e ao património do vale do Tua e dos seus “olhos” (a linha de caminho de ferro), e uma justificação “económica” instrumental para a sua preservação. Por um lado, nenhum montante pode compensar a perda do vale e dos seus “olhos” – o vale tem de ser preservado porque tem um valor intrínseco –, de outro, o vale deve ser preservado também porque pode trazer dinheiro para a região, permitindo o seu desenvolvimento e sobrevivência demográfica, porque o seu valor é instrumental no que concerne a outros fins. O defensor do valor intrínseco do vale e do caminho de ferro, que mobiliza argumentos “económicos” para a sua preservação, está frequentemente consciente da natureza instrumental dos argumentos “económicos”. Aparentemente, acredita que, de modo a poder participar num diálogo público dominado por padrões de custo-benefício monetários em detrimento de apegos afetivos, deve aprender e usar a linguagem monetizada.

Uma terceira característica da controvérsia pública é que, no debate público, os julgamentos valorativos decisivos são enquadrados por padrões e critérios técnico-científicos e político-burocráticos supostamente factuais.

Para o governo, algumas das suas agências governamentais e a EDP, em jogo estava sobretudo uma reserva de água situada na bacia hidrográfica do Rio Douro, uma produção hidroelétrica crescente e o potencial de armazenamento de energia eólica decorrente da reversibilidade da barragem de Foz Tua. O PNBEPH compromete-se com os objetivos de aumentar a capacidade hidroelétrica nacional para 7000 MW até 2020 e aumentar a capacidade de bombagem hidráulica para 2000 MW. Opositores da barragem, nomeadamente associações ambientalistas, não se coibiram de

participar nesta arena técnico-científica. Desvalorizaram o potencial de produção hidroelétrica como uma justificação para o empreendimento planeado. De acordo com estas associações, o desempenho da barragem de Foz Tua em termos de produção corresponde a apenas 0,7% do consumo de eletricidade português em 2012.²⁴ Para estas ONG, um aumento tão pequeno na produção de eletricidade não justifica um investimento que, medido em termos dos custos totais de construção, atingirá 177 milhões de euros, não incluindo o custo adicional da central elétrica subterrânea.

Num memorando entregue à *troika* e ao governo português, em agosto de 2011, e posteriormente na posição sobre a barragem de Foz Tua e o Alto Douro Vinhateiro da missão reativa conjunta CPM-ICOMOS-UICN, as ONG ambientalistas, os movimentos sociais e as empresas de produção de vinho defenderam que os objetivos do PNBEPH em relação à capacidade hidroelétrica total e o aumento da capacidade de bombagem hidráulica já haviam sido excedidos dadas as melhorias nos empreendimentos hidráulicos mesmo sem a barragem de Foz Tua. Argumentaram também que o programa nacional de barragens iria aumentar o custo de vida, nomeadamente tendo um impacto na conta de eletricidade de pelo menos 10% (GEOTA *et al.*, 2011: 4). Acusaram o governo português de ter aprovado, em agosto de 2012, um diploma legal que estabeleceu subsídios para as centrais elétricas que seriam inaceitavelmente custosos para os contribuintes. No que concerne à barragem de Foz Tua, dada a potência estimada de 234 MW, o subsídio seria de 13 000 euros/MW por ano, totalizando mais de 3 milhões por ano na altura da concessão à EDP.²⁵

²⁴ A produção elétrica de Foz Tua (em GWh) foi estimada em 340 para a cota de 195m (INAG/DGEG/REN, 2007) e o consumo de eletricidade português em 2012 foi de 49 057 (em GWh) (fonte: REN).

²⁵ *Diário da República*, Portaria n.º 251/2012, de 20 de agosto.

Resumindo, no caso Foz Tua, podem identificar-se diferentes “vocabulários e critérios valorativos” partilhados dentro de grupos sociais envolvidos em práticas sociais particulares e levando a julgamentos valorativos de um certo tipo (O’Neill, 1997: 75; Trainor, 2006): a) o vocabulário e os critérios técnico-científicos dos autores do EIA e do Comité do Património Mundial e seus corpos conselheiros;²⁶ b) o vocabulário e os critérios político-burocráticos partilhados pelas agências governamentais e autarquias; c) o vocabulário e os critérios empresariais da EDP e dos produtores de vinho; d) o vocabulário e os critérios de apego à natureza e ao património da população local e dos movimentos, ONG ambientalistas e também produtores de vinho.

Os diferentes critérios de avaliação não estão ao mesmo nível. De facto, o poder encontra-se distribuído de forma assimétrica entre os atores. Os argumentos a que os atores recorrem são articulados, como se discutiu no capítulo 1, em gramáticas distintas. Vale a pena recordar que o PNBEPH e a barragem de Foz Tua foram apoiados pelo governo. Estes projetos foram justificados como uma prioridade nacional, excluindo outras alternativas como, por exemplo, centrais hidroelétricas de pequena escala com menor impacto ambiental.

Associado à proeminência do vocabulário e dos critérios político-burocráticos está a hegemonia de uma linguagem técnico-científica incorporada em procedimentos supostamente racionais de tomada de decisão, como o procedimento EIA (Spash, 1997). A proeminência do político-burocrático e do técnico-científico tende a dar saliência a certos valores em detrimento de outros (como valores menos propensos à medição como os que estão associados a ligações ao território), sendo que mesmo os impactos cumulativos da existência de várias barragens na bacia hidrográfica do Rio Douro foram subestimados.

²⁶ As associações ambientalistas também participaram no diálogo nesta linguagem particular, disputando os “factos” assinalados.

2.2. *Lidando com conflitos de valores*

A proeminência do político-burocrático e do técnico-científico é claramente determinante da forma como os conflitos de valores são geridos e os julgamentos valorativos produzidos. Como se referiu atrás, subjacente ao procedimento EIA está uma lógica de compensação que pressupõe cálculo e comensuração.

Em vez de abordar instrumentos de tomada de decisão como meras técnicas para suportar a escolha racional, é importante reconhecê-los como «tipos de *instituições articuladoras de valores*» (O'Neill, 1993; Jacobs, 1997: 213). Instrumentos de tomada de decisão, como o procedimento EIA, promovem uma abordagem particular para lidar com conflitos de valores que tende a suprimir, através da compensação, a possibilidade de um «conflito real ou significativo» (Dewey, 1930 [1922]: 216).

Os conflitos que ocorrem devem ser abordados, de acordo com o procedimento EIA, através da “negociação”, em vez do “diálogo racional” (O'Neill, 1997). A maior parte dos entrevistados, mesmo aqueles que defendem a construção da barragem, reagiram negativamente quanto lhes foi perguntado se concordavam com a existência de uma compensação, nomeadamente uma compensação monetária, para a submersão do vale do Tua e de parte da linha de caminho de ferro. Expressões da unicidade da natureza e dos valores patrimoniais são portanto mobilizados no discurso.

No entanto, no âmbito da “negociação”, não há lugar para valores incomensuráveis e a correspondente recusa de *trade-offs*. Valores menos mercantilizáveis como os relacionados com apegos com a natureza e o património tendem portanto a ser ostracizados da “negociação” ou corrompidos durante o processo de “negociação” (Raz, 1986; Radin, 1997; Richardson, 1997; Tetlock *et al.*, 2000).

Além disso, a “negociação” é habitualmente enviesada já que o poder está distribuído desigualmente entre atores. Enfrentando a possibilidade de compensação pela destruição da beleza do vale e do caminho de ferro, os movimentos e a população locais, as

ONG ambientalistas e os autarcas locais estão numa posição difícil. Ou aceitam a perda de parte do que é visto como constitutivo da sua identidade – a Linha do Tua e o vale – e obtêm a respetiva “compensação” pela perda, ou prescindem da compensação e da sua promessa de modernização, a ser suportada pela agência de desenvolvimento regional. Enfrentados com uma escolha trágica²⁷ deste tipo, autarcas, como por exemplo o presidente de câmara de Mirandela, tentaram superá-la envolvendo-se no processo com uma defesa estratégica da unicidade do vale e da linha, isto é, motivada pela preocupação de aumentar o valor da compensação.

O presidente de câmara de Mirandela ilustra este envolvimento estratégico na negociação quando entrevistado, ao dizer: «assim que a decisão foi tomada, a contestação política e social perdeu o seu sentido, o que tem de ser feito é proteger as populações locais e mitigar os impactos negativos da barragem, negociando medidas compensatórias».

No entanto, a “negociação” e a compensação não são a única forma de superar os conflitos de valores. Uma literatura vasta sobre tomada de decisão (Simon, 1955; Wiggins, 1975-1976; Pildes e Anderson, 1990; Richardson, 1997; Thacher e Rein, 2004; Lichtenstein e Slovic, 2006; Shafir *et al.*, 2006; Costa, 2008; Gigerenzer, 2010) aborda formas de lidar com os conflitos de valores, ao nível individual ou coletivo, que dispensam a comensuração e a compensação.

De facto, alguns entrevistados foram claros na identificação destas modalidades de composição de valores. Para os movimentos locais e as associações ambientalistas, o compromisso com a preservação da natureza e do património cultural é incompatível com a construção da barragem de Foz Tua. Por muito alto que seja o

²⁷ A tragédia, de acordo com Nussbaum (2000), ocorre sempre que de entre as alternativas de escolha não há nenhuma opção que possa ser não dúbia ou aceitável de um ponto de vista moral.

valor de ganhos materiais, não há compensação para a submersão do vale do Tua e de parte da linha de caminho-de-ferro. Recusam assim *trade-offs* entre ganhos materiais e o vale e a linha do Tua. O reforço de potência nas barragens existentes e medidas de eficiência energéticas foram portanto defendidas por associações ambientalistas e movimentos locais como alternativas realistas à construção da barragem que podem preservar ao mesmo tempo os valores ambientais e patrimoniais do vale do Tua e da linha de caminho de ferro e os objetivos económicos do governo e da EDP. Esta é claramente uma composição de valores atingida através da descoberta de novas alternativas.

A UNESCO tentou antes atingir uma composição de valores através do zonamento (*firewalling*) (Thacher e Rein, 2004) do Alto Douro Vinhateiro, isto é, através da proteção da área classificada da intrusão visual da central elétrica perto da barragem. De acordo com o Comité do Património Mundial, o projeto revisto com a central elétrica subterrânea permite uma redução substancial do impacto visual. Além disso, a UNESCO reconheceu o custo ambiental da barragem e exprimiu a sua preocupação com o desrespeito, por parte do procedimento EIA, dos impactos cumulativos da existência de várias barragens na bacia hidrográfica do Douro. No entanto, para a UNESCO, a responsabilidade por estes impactos não reside em si mas em outras instituições ou organizações. O zonamento e a separação de esferas ofereceram assim à UNESCO uma forma de lidar com o conflito de valores.

Todavia, na fase final do processo, a UNESCO envolveu-se claramente numa negociação, mostrando que a classificação de património mundial está longe de implicar uma restrição absoluta a ser garantida quaisquer que sejam os benefícios das grandes infraestruturas ou outras intrusões no território. De acordo com a missão reativa conjunta, seria possível construir a barragem mas os impactos negativos potenciais teriam de ser substancialmente mitigados e o respeito por algumas recomendações deveria ser garantido.

Conclusão

Foram identificadas três características salientes da controvérsia sobre o projeto da barragem de Foz Tua: a) a maior parte da oposição à barragem foi uma expressão de apegos das comunidades locais ao território; b) os opositores da barragem de Foz Tua produziram argumentos e justificações que eram bastante ecléticos em termos de orientação de valores; c) no debate público, os julgamentos valorativos decisivos foram enquadrados por padrões e critérios técnico-científicos e político-burocráticos supostamente factuais que implicam a marginalização dos apegos ao território e do sentido de identidade das populações.

Podem inferir-se algumas implicações em relação aos dispositivos de suporte à tomada de decisão pública, nomeadamente o procedimento EIA. Primeiro, apesar da metodologia EIA abranger a consideração de impactos de diferente natureza – desde ambientais e ecológicos até socioeconómicos e relativos ao património – a ênfase na quantificação desses impactos conduz a que se negligenciem ou se deixem de lado valores menos passíveis de serem mensurados. É o caso daqueles que se relacionam com os apegos das comunidades locais ao território, dispensados do debate como afetivos ou emocionais.

Segundo, ao apoiar-se numa lógica de compensação, o procedimento EIA torna a rejeição do projeto um resultado pouco provável da decisão, pelo menos desde que o promotor do projeto esteja disposto a suportar os custos associados às medidas compensatórias.

Terceiro, o procedimento EIA, como se referiu anteriormente, constitui um mecanismo institucional que promove uma abordagem particular à forma como os valores são expressos pelos atores envolvidos e como os conflitos de valores são tratados. A abordagem privilegiada é a da compensação e negociação. Expressões de unicidade da natureza e do património foram mobilizadas durante a controvérsia a par de argumentos instrumentais a favor da preservação do vale e da linha do Tua. Todavia, dada a ênfase do processo

de tomada de decisão na quantificação e numa lógica de compensação, são a comensuração e a negociação que prevalecem como forma de resolução dos conflitos de valores.

Em vez de uma técnica neutra em valores, o EIA tende assim a incluir valores mensuráveis e quantificáveis e a negligenciar ou deixar de lado aqueles relacionados com ligações com o ambiente e o património, dispensando-os como afetivos ou emocionais.

Em suma, a análise do caso de Foz Tua sugere que – além de más práticas processuais, que são inaceitáveis mesmo no quadro de um EIA padrão, como a não informação e consulta de atores chave como a UNESCO – a metodologia EIA em si mesma tende a construir um enquadramento de “negociação” que exclui a descoberta inteligente de possíveis composições de valores.

Referências bibliográficas

- ARCADIS/ATECMA (2009), *Technical assessment of the Portuguese National Programme for Dams with High Hydropower Potential*. Bruxelas: ARCADIS/ATECMA. Versão eletrónica disponível em <http://www.yumpu.com/en/document/view/45742428/final-report-technical-assessment-of-the-portuguese-national->
- Bromley, Daniel (2006), *Sufficient Reason. Volitional Pragmatism and the Meaning of Economic Institutions*. Princeton: Princeton University Press.
- Costa, Ana (2008), “A Dificuldade da Escolha. Acção e Mudança Institucional”, tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Costa, Ana; Caldas, José Castro (2011), “Claiming Choice for Institutional Economics”, *Journal of Economic Issues*, 45(3), 665-684. Doi: <http://dx.doi.org/10.2753/JEI0021-3624450308>
- Dewey, John (1930 [1922]), *Human Nature and Conduct. An Introduction to Social Psychology*. Nova Iorque: The Modern Library.
- Dewey, John (2008 [1938-1939]), “Theory of Valuation”, in Jo Ann Boydston (org.), *The later works of John Dewey, 1925-1953. Volume 13: 1938-1939*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press, 189-252.

- Ferreiro, Maria de Fátima; Gonçalves, Maria Eduarda; Costa, Ana (2013), “Conflicting values and public decision: The Foz Côa case”, *Ecológica Economics*, 86, 129-135. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.10.006>
- GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, CEAI, Aldeia, COAGRET, Flamingo, SPEA, MCLT (2011), *Memorandum. The Portuguese dam program: Economic, social and environmental disaster*, entregue à Comissão Europeia, FMI, BCE e Governo português. Versão eletrónica disponível em http://www.geota.pt/xfiles/scContentDeployer_pt/docs/Doc2243.pdf
- Gigerenzer, Gerd (2010), “Moral Satisficing: Rethinking Moral Behavior as Bounded Rationality”, *Topics in Cognitive Science*, 2(3), 528-554. Doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1756-8765.2010.01094.x>
- Hodgson, Geoffrey M. (2006), “What Are Institutions?” *Journal of Economic Issues*, XL(1), 1-25. Versão eletrónica disponível em <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/bin/whatarestitutions.pdf>
- ICOMOS-IFLA International Scientific Committee on Cultural Landscapes (2011), “World Heritage List: Advisory mission to ALTO DOURO WINE REGION (PORTUGAL) to consider the impacts of the proposed Hydro-electric Foz Tua Dam Project”, Relatório para o UNESCO World Heritage Centre. Versão eletrónica disponível em https://aventadores.files.wordpress.com/2011/12/report-advisory-mission-alto-douro-icomos_20110805.pdf
- INAG/DGEG/REN – Instituto Nacional da Água/ Direcção-Geral de Energia e Geologia/Redes Energéticas Nacionais (2007), *Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) – Memória*. Versão eletrónica disponível em http://rioslivresgeota.org/wp-content/uploads/2015/04/plano_barragens_memoria_final1.pdf
- Jacobs, Michael (1997), “Environmental Valuation, Deliberative Democracy, and Public Decision-Making Institutions”, in J. Foster (ed.), *Valuing Nature? Economics, Ethics and Environment*. Londres: Routledge, 211-231.
- Joas, Hans (1996), *The Creativity of Action*. Cambridge: Polity Press.
- Lichtenstein, Sarah; Slovic, Paul (orgs.) (2006), *The Construction of Preference*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

- MAOTDR/APA – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional/Agência Portuguesa do Ambiente (2009), *Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua*. Lisboa: MAOTDR/APA.
- Nussbaum, Martha C. (2000), “The Cost of Tragedy: Some Moral Limits of Cost Benefit Analysis”, *Journal of Legal Studies*, 29(52), 1005-1036. Doi: <http://dx.doi.org/10.1086/468103>
- O’Neill, John (1993), *Ecology Policy and Politics*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- O’Neill, John (1997), “Value Pluralism, Incommensurability and Institutions”, in John Foster (ed.), *Valuing Nature? Economics, Ethics and Environment*. Londres: Routledge, 75-88.
- Pildes, Richard H.; Anderson, Elizabeth (1990), “Slinging Arrows at Democracy: Social Choice Theory, Value Pluralism, and Democratic Politics”, *Columbia Law Review*, 90(8), 2121-2214. Doi: <http://dx.doi.org/10.2307/1122890>
- PROFICO Ambiente (2008a), *Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua. Estudo de Impacte Ambiental, Resumo Não Técnico*. Profico Ambiente. Versão eletrónica disponível em https://www.edp.pt/en/sustentabilidade/EDPDocuments/AHFT_EIA_RNT.pdf
- PROFICO Ambiente (2008b), *Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua, Relatório técnico* [vol. I e II]. Versão eletrónica disponível em https://www.edp.pt/en/sustentabilidade/EDPDocuments/AHFT_EIA_RT_VolI.pdf e https://www.edp.pt/en/sustentabilidade/EDPDocuments/AHFT_EIA_RT_VolII.pdf
- Putnam, Hilary; Walsh, Vivian (2012), *The End of Value-Free Economics*. Nova Iorque: Routledge.
- Radin, Margaret J. (1997), *Contested Commodities*. Cambridge: Harvard University Press.
- Raz, Joseph (1986), *The Morality of Freedom*. Oxford: Clarendon Press.
- Richardson, Henry S. (1997), *Practical Reasoning about Final Ends*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shafir, Eldar.; Simonson, Itamar; Amos Tversky (2006), “Reason-Based Choice”, in Sarah Lichtenstein e Paul Slovic (orgs.), *The Construction of Preference*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 411-433.

- Simon, Herbert (1955), “A Behavioral Model of Rational Choice”, *Quarterly Journal of Economics*, 69(1), 99-118. Doi: <http://dx.doi.org/10.2307/1884852>
- Spash, Clive (1997), “Environmental Management Without Environmental Valuation?” in J. Foster (org.), *Valuing Nature? Economics, Ethics and Environment*. Londres: Routledge, 170-185.
- Tetlock, Philip; Kristel, Ori; Beth, Elson S.; Green, Melanie; Lerner, Jennifer (2000), “The Psychology of the Unthinkable: Taboo trade-offs, forbidden base rates, and heretical counterfactuals”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(5), 853-870. Doi: <http://dx.doi.org/10.1037//0022-3514.78.5.853>
- Thacher, David; Rein, Martin (2004), “Managing Value Conflict in Public Policy”, *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 17(4), 457-486. Doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.0952-1895.2004.00254.x>
- Trainor, Sarah Fleisher (2006), “Realms of Value: Conflicting Natural Resource Values and Incommensurability”, *Environmental Values*, 15(1), 3-29. Doi: <http://dx.doi.org/10.3197/096327106776678951>
- WHC/ICOMOS/IUCN – World Heritage Centre/International Council on Monuments and Sites/International Union for Conservation of Nature (2012), *Report of the Joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN Reactive Monitoring Mission. Alto Douro Wine Region (Portugal) (1046) 30 July to 3 August 2012*. Paris: World Heritage Centre. Versão eletrónica disponível em <http://whc.unesco.org/en/documents/122869>
- Wiggins, David (1975-1976), “Deliberation and Practical Reason”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series 76, 29-51. Versão eletrónica disponível em <http://www.jstor.org/stable/4544879>